FOMENTO E FINANCIAMENTO A INSTITUIÇÕES CULTURAIS NO ESTADO DA BAHIA: ANÁLISE DE GASTOS ORÇADOS ENTRE 2017 E 2020

Adriano Rodrigues de Oliveira[1]
Carolina Barros de Almeida[2]
Alexandre Freitas Simões[3]

Resumo: O Programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais, instituído pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, tem por objetivo fomentar entidades privadas sem fins lucrativos que observem as diretrizes da política estadual de cultura. Por meio de seleções publicas lançadas pelo Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), é oferecido apoio plurianual, de caráter financeiro complementar, para a execução de atividades regulamente desenvolvidas por instituições culturais localizadas no estado. A presente pesquisa tem como objetivo apresentar e analisar dados e informações, em uma abordagem quantitativa, a respeito do impacto econômico do financiamento oferecido pelo FCBA. Nesta análise serão apresentados os gastos orçados nos planos de ação das instituições culturais, referente ao período 2017-2020, organizados em diferentes categorias econômicas, cujos dados foram obtidos por meio do Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC). Diante dos resultados é possível observar a destinação dos recursos financeiros para as diferentes categorias e setores econômicos e profissionais relacionados diretamente ou indiretamente com a área da cultura, oferendo transparência e subsídios estatísticos para o debate acerca do aprimoramento da política de fomento à cultura no Estado da Bahia.

Palavras-chave: Fundo de Cultura da Bahia, Fomento à Cultura, Política Cultural, Instituições Culturais, Gastos Orçados.

1. Introdução

O Programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais que tem por objetivo fomentar a realização de atividades regularmente desenvolvidas por instituições culturais privadas sem fins lucrativos no Estado da Bahia foi instituído e disciplinado pelas Portarias da Secretaria de Cultura da Bahia (Secult - BA) nº 208 de 23/07/2012 e nº 54 de 30/03/2017.

O apoio financeiro pelo Fundo de Cultura da Bahia consiste, atualmente, no principal mecanismo de fomento de suporte ao Programa, cuja concessão de recurso é condicionada à apresentação e seleção de proposta inscrita em Ato Convocatório

[1] Graduado em Gestão de Políticas Públicas pela USP, é assessor técnico na Diretoria de Fomento à Cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. E-mail: adri_oliveira93@hotmail.com

[2] Mestra em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA), é Diretora de Fomento à Cultura na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. E-mail: carolbalmeida@gmail.com

[3] Superintendente de Promoção Cultural na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Email: alexandre.simoes1@cultura.ba.gov.br

Público, a exemplo do Edital n° 02/2017, por meio do qual foram selecionadas 17 instituições culturais[4] para receber o apoio no período compreendido entre outubro de 2017 a outubro de 2020.

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar dados e informações, em uma abordagem quantitativa, a respeito do impacto econômico do financiamento às ações continuadas das instituições culturais por meio do Fundo de Cultura do Estado da Bahia. Para tanto, serão apresentados os gastos orçados pelas instituições, conforme apresentados em seus planos de trabalho, para execução financeira no triênio 2017-2020, organizados em diferentes categorias econômicas.

Esta análise se propõe a identificar a previsão de despesas relativas à diferentes segmentos culturais e econômicos, contempladas por meio da modalidade do repasse direto[5] concedido pelo FCBA, bem como demonstrar um panorama da variedade dos profissionais e serviços contratados conforme os orçamentos aprovados. Os resultados obtidos demonstram a distribuição dos recursos financeiros públicos para a contratação de pessoal e serviços relacionados diretamente ou indiretamente com o campo da cultura, assim como para os gastos administrativos e aquisição de bens duráveis e de consumo.

Nesse sentido, o presente estudo consiste em uma pesquisa amostral por conveniência, de abordagem quantitativa, cuja base de dados está disponível na plataforma SIIC – Clique Fomento, a fim de contribuir para uma visão analítica da dimensão econômica da política cultural, oferendo transparência e subsídios estatísticos para o debate acerca do aprimoramento da política de fomento à cultura no Estado da Bahia.

2. Fundamentação

A produção de estudos sobre a implementação das políticas culturais nos estados e munícipios mostra-se relevante para trazer maior clareza de estratégia governamental e melhores subsídios ao gestor de políticas públicas para a tomada de decisão:

[4] Instituições apoiadas pelo Edital nº 02/2017: Academia de Letras da Bahia; Casa Anísio Teixeira, Casa da Cultura de Valente, Casa de Cultura Jonas & Pilar, Casa do Samba de Dona Dalva, C. C. e Educacional Senzala do Barro Preto, Espaço Cultural SAICI, Fundação Balé Folclórico da Bahia, Fundação Casa de Jorge Amado, Fundação Pierre Verger, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Museu Carlos Costa Pinto, Museu da Misericórdia, Museu Hansen Bahia, Teatro Gamboa Nova, Teatro Popular de Ilhéus e Teatro Vila Velha.

[5] Modalidade de repasse financeiro com recursos do FCBA que será detalhado no tópico 4 deste artigo.

> A atuação do conjunto de entes federativos modificou de modo significativo o financiamento e o fomento à cultura no país, antes quase que exclusivamente realizados pelo governo federal. O panorama mais contemporâneo do financiamento e fomento à cultura passa, necessariamente, por uma visão mais ampla que abranja o comportamento de todos esses agentes, além de outros existentes na sociedade, especialmente em suas comunidades culturais. A ausência de estudos sobre a ação dos estados, municípios e Distrito Federal neste campo tem comprometido o desenho de um quadro mais completo e complexo do fomento e financiamento à cultura no Brasil. (RUBIM & NETO, 2017, pág. 100)

Para tanto, a abordagem quantitativa mostra-se relevante para a aferição do desempenho de projetos e instituições no que se refere ao cumprimento de metas e qualidade do gasto, sobretudo por meio da análise de dados:

> No setor cultural, em que se trabalha frequentemente com sensibilidades, percepções, gostos, hábitos etc. convém saber combinar a validade de uma avaliação quantitativa a de uma avaliação qualitativa. A avaliação quantitativa foca sua atuação em tudo que pode ser medido. É válida para comparações no tempo e no espaço. Utiliza métodos padronizados e estruturados para coletar dados. Ajuda a concretizar, delimitar o projeto, a fixar metas e saber se são cumpridas etc. (CEREZUELA, 2015, pág. 210)

Dessa forma, cabe ao gestor público reunir os instrumentos e dados necessários para analisar e avaliar o desempenho da implementação de políticas públicas no que se refere à sua eficiência (utilização adequada dos recursos públicos) e eficácia (entrega dos resultados pactuados), utilizando métodos quantitativos quando necessário.

3. Metodologia

As planilhas orçamentárias contendo os dados analisados foram extraídas do sistema SIIC[6], conforme cadastradas por cada proponente. Serão analisados os valores relacionados à modalide do repasse direto, o que representa cerca de 80% de recursos oferecidos pelo FCBA. Os 20% restantes, são relativos à modalidade do repasse vinculado que não será objeto desse levantamento, dado o caráter de livre aplicação, cuja transferência do recurso se dá proporcional ao resultado da aferição de execução de

[6] Sistema de Informações e Indicadores em Cultura

metas e do desempenho de cada semestre de apuração. Seus valores são apresentados de forma agregada por semestre, sem orçamento detalhado previamente aprovado.

As tabelas apresentadas estão organizadas em três categorias: (1) Pessoal, que contém todos os gastos relacionados à pessoas físicas e encargos trabalhistas; (2) Serviços, que contém os gastos relacionados a pessoas jurídicas que colaboram de forma direta e indireta nas atividades do plano de trabalho; (3) Gastos administrativos e aquisições, que representam o tanto o pagamento de impostos e taxas quanto a compra de produtos e equipamentos específicos.

3.1. Pessoal

Nesta categoria, que se refere às contratações de pessoas físicas, encontram-se três grupos, são eles: Trabalhadores da Economia Criativa, Trabalhadores de apoio e Encargos trabalhistas.

O grupo de Trabalhadores da Economia Criativa representa a contratação de profissionais (pessoa física) de áreas diretamente relacionadas às atividades culturais da instituição apoiada. O grupo de Trabalhadores de Apoio representa contratação de profissionais (pessoa física) de áreas indiretamente relacionadas às atividades culturais das instituições apoiadas, exercendo funções administrativas.

Já o grupo Encargos Trabalhistas refere-se valores relacionados ao pagamento de impostos e benefícios que incidem sobre a contratação de pessoas físicas, contabilizados quando e conforme especificados pelo proponente no orçamento do recurso direto, sem distinção entre as subcategorias acima indicadas. Esses valores não representam, necessariamente, o total de encargos proporcional aos gastos orçados com pessoal. Tais despesas podem ser custeadas com o Repasse Vinculado ou com recursos próprios de cada proponente.

3.2. Serviços

Nesta categoria, que contém os gastos relacionados a pessoas jurídicas que colaboram de forma direta e indireta nas atividades do plano de trabalho, encontram-se dois grupos, são eles: Serviços da Economia Criativa e Serviços de apoio.

Os Serviços da Economia Criativa representam a contratação de empresas (pessoa jurídica) de áreas diretamente relacionadas às atividades culturais da instituição

apoiada. Já os Serviços de apoio representam a contratação de empresas (pessoa jurídica) de áreas indiretamente relacionadas às atividades culturais das instituições apoiadas, executando serviços administrativos.

3.3. Gastos administrativos e aquisições

Nesta categoria, que representa tanto o pagamento de impostos e taxas quanto a compra de produtos e equipamentos específicos, encontram-se dois grupos, são eles: Gastos Administrativos e Materiais e Aquisições.

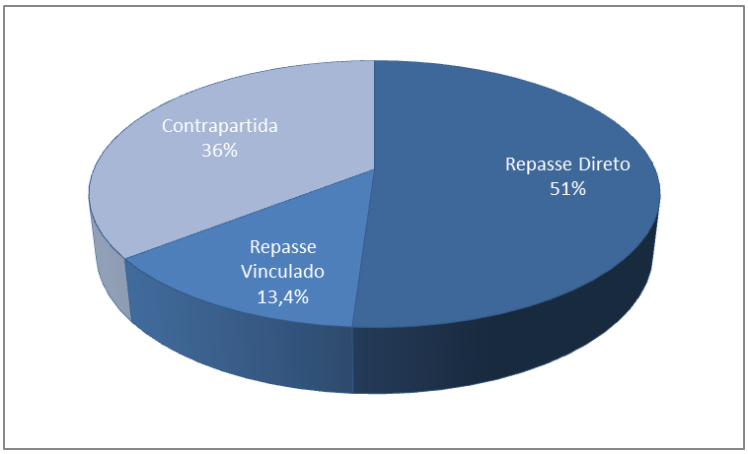
Os Gastos Administrativos representam os impostos e taxas relacionados ao custeio e a serviços adicionais. Já os Materiais e Aquisições representam as compras de produtos e equipamentos específicos, que serão detalhados mais adiante na tabela, em bens de consumo e bens duráveis.

4. Fontes de Recursos do objeto da parceria

São modalidades de recursos nesta linha de apoio do FCBA: Repasse Direto, Repasse Vinculado e a Contrapartida em bens e serviços. O Repasse Direto refere-se a parcelas “antecipadas”, transferidas para a execução financeira de cada semestre do plano de ação, conforme gastos previamente orçados e aprovados, condicionadas à aprovação de prestação de contas de parcela(s) anterior(es). O Repasse Vinculado refere-se à transferência de parcelas para livre aplicação no plano de trabalho, condicionadas à aferição de desempenho da instituição, após a apuração de cada semestre. A Contrapartida não financeira refere-se a bens e serviços, oferecidos pelas instituições, cuja expressão monetária compõe o valor total necessário à plena execução do plano de ação.

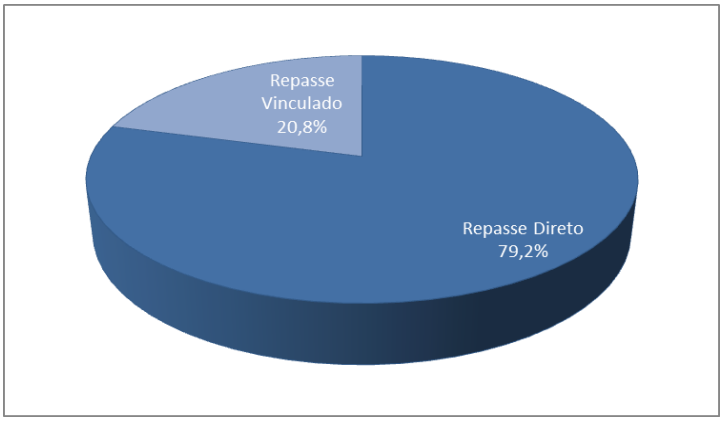
É importante ressaltar que no presente levantamento serão considerados apenas os gastos orçados pela modalidade de repasse direto. Observa-se nos gráficos abaixo a distribuição da composição do orçamento, por fonte de recursos:

Gráfico 1 - Distribuição das fontes de recursos para apoio às instituições culturais 2017-2020 sobre o total de recursos orçados



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

Gráfico 2 - Distribuição das fontes de recursos para apoio às instituições culturais 2017-2020, relativa ao total de recursos provenientes do FCBA



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

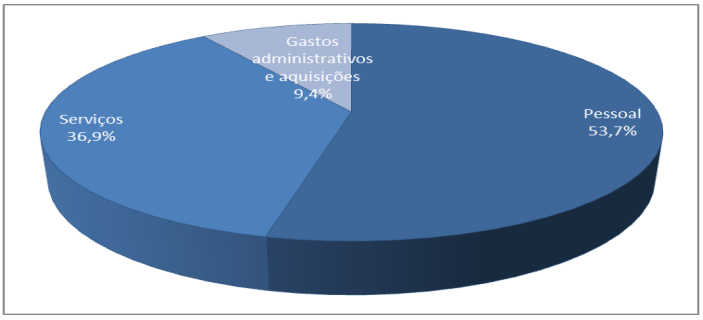
Fonte de Recursos	Valor Total
Repasse Direto	R$ 17.018.276,34
Repasse Vinculado	R$ 4.464.976,02
Contrapartida	R$ 11.867.244,60

Observa-se que o Repasse Direto, objeto de análise deste estudo, representa 79,2% de recursos do FCBA oferecidos para essa linha de apoio, bem próximo dos 80% previstos oficialmente.

5. Resultados Gerais

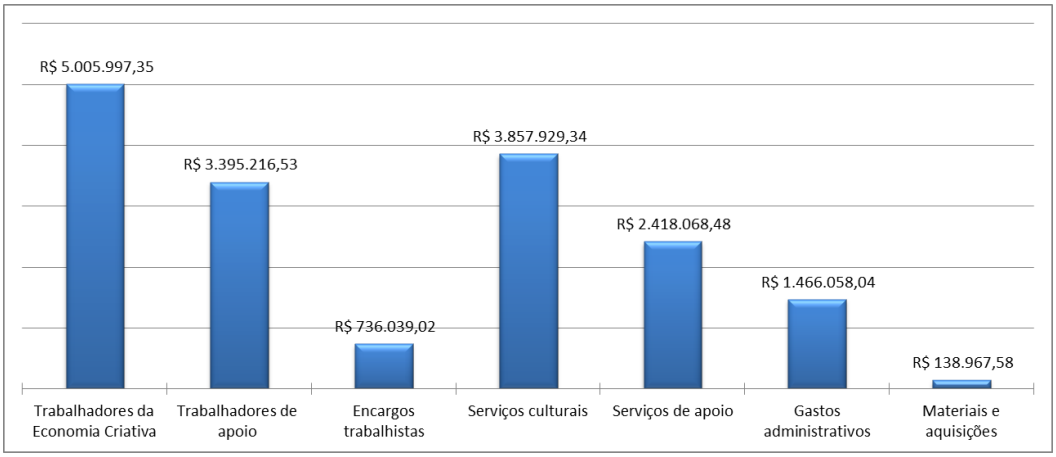
A seguir, pode-se observar a distribuição dos gastos orçados do repasse direto entre os grupos econômicos e entre as subcategorias analisadas. Os dados apontam a maior representatividade dos gastos com pessoal, sobretudo com o pessoal diretamente envolvido com as atividades culturais dos planos de trabalho.

Gráfico 3 – Distribuição dos recursos de repasse direto às instituições culturais 2017-2020 por grupo econômico



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

Gráfico 4 – Distribuição dos recursos de repasse direto às instituições culturais 2017-2020 por subcategoria



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

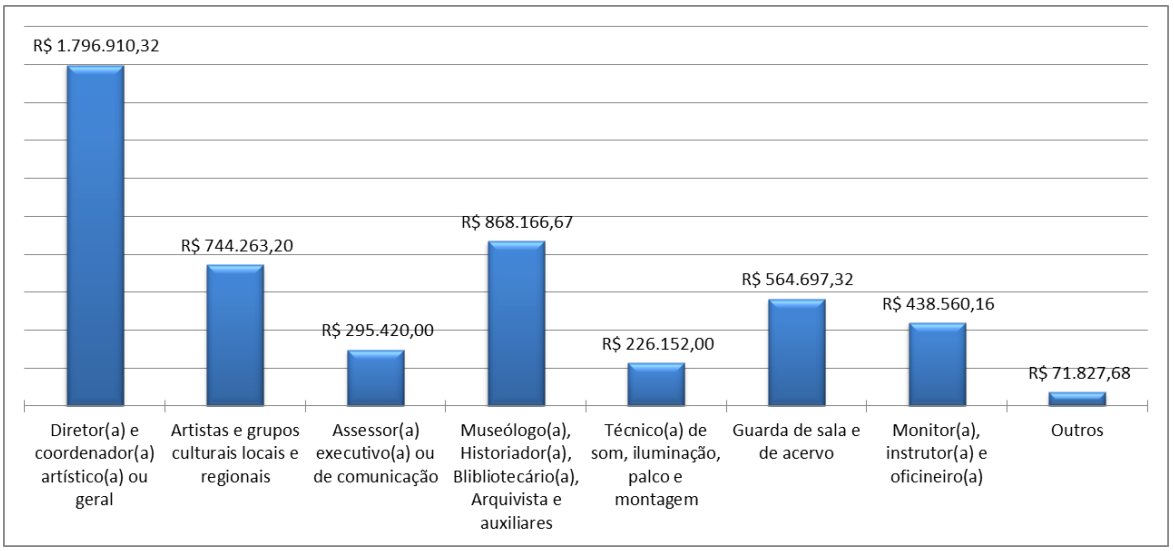
6. Resultados: Pessoal

Na tabela abaixo observa-se o detalhamento das subcategorias do grupo de pessoal e a distribuição dos valores orçados considerando os diferentes tipos de profissionais:

Tabela 1 – Distribuição dos recursos orçados de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre as categorias de pessoa física

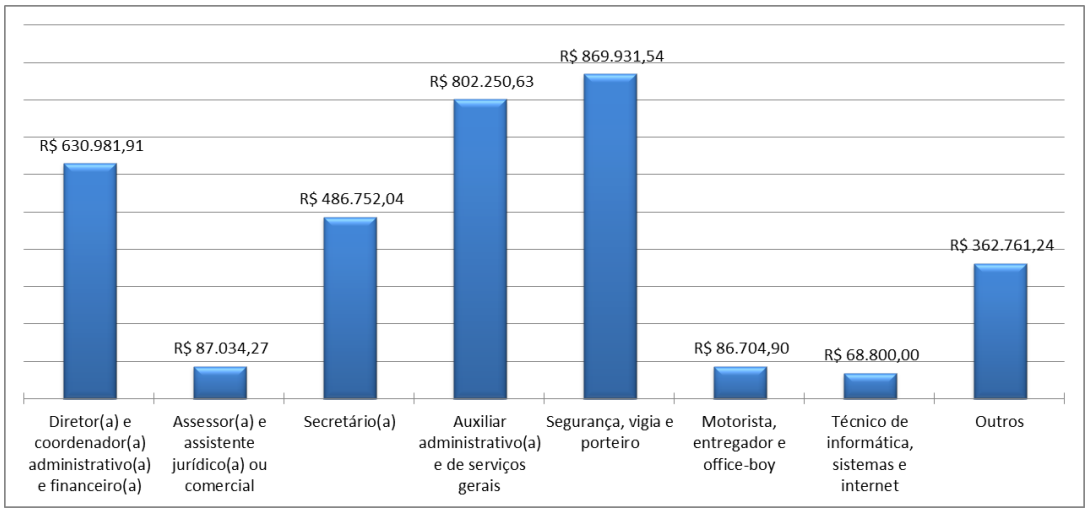
CATEGORIA	VALOR	% SOBRE PESSOAL	% SOBRE TOTAL REPASSE DIRETO
Trabalhadores da Economia Criativa - PF	**R$ 5.005.997,35**	**54,8**	**29,4**
Diretor(a) e coordenador(a) artístico(a) ou	R$ 1.796.910,32	19,7	10,6
Artistas e grupos culturais locais e regionais	R$ 744.263,20	8,1	4,4
Assessor(a) executivo(a) ou de comunicação	R$ 295.420,00	3,2	1,7
Museólogo(a), Historiador(a), Blibliotecário(a) e Arquivista	R$ 868.166,67	9,5	5,1
Técnico(a) de som, iluminação, palco e montagem	R$ 226.152,00	2,5	1,3
Guarda de sala e de acervo	R$ 564.697,32	6,2	3,3
Monitor(a), instrutor(a) e oficineiro(a)	R$ 438.560,16	4,8	2,6
Outros	R$ 71.827,68	0,8	0,4
Trabalhadores de apoio - PF	**R$ 3.395.216,53**	**37,2**	**20,0**
Diretor(a) e coordenador(a) administrativo(a) e financeiro(a)	R$ 630.981,91	6,9	3,7
Assessor(a) e assistente jurídico(a) ou comercial	R$ 87.034,27	1,0	0,5
Secretário(a)	R$ 486.752,04	5,3	2,9
Auxiliar administrativo(a) e de serviços gerais	R$ 802.250,63	8,8	4,7
Segurança, vigia e porteiro	R$ 869.931,54	9,5	5,1
Motorista, entregador e office-boy	R$ 86.704,90	0,9	0,5
Técnico de informática, sistemas e internet	R$ 68.800,00	0,8	0,4
Outros	R$ 362.761,24	4,0	2,1
Encargos trabalhistas	**R$ 736.039,02**	**8,1**	**4,3**
TOTAL	**R$ 9.137.252,90**		

Gráfico 5 – Distribuição dos recursos orçados de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre trabalhadores da economia criativa



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

Gráfico 6 – Distribuição dos recursos orçados de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre trabalhadores de apoio



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

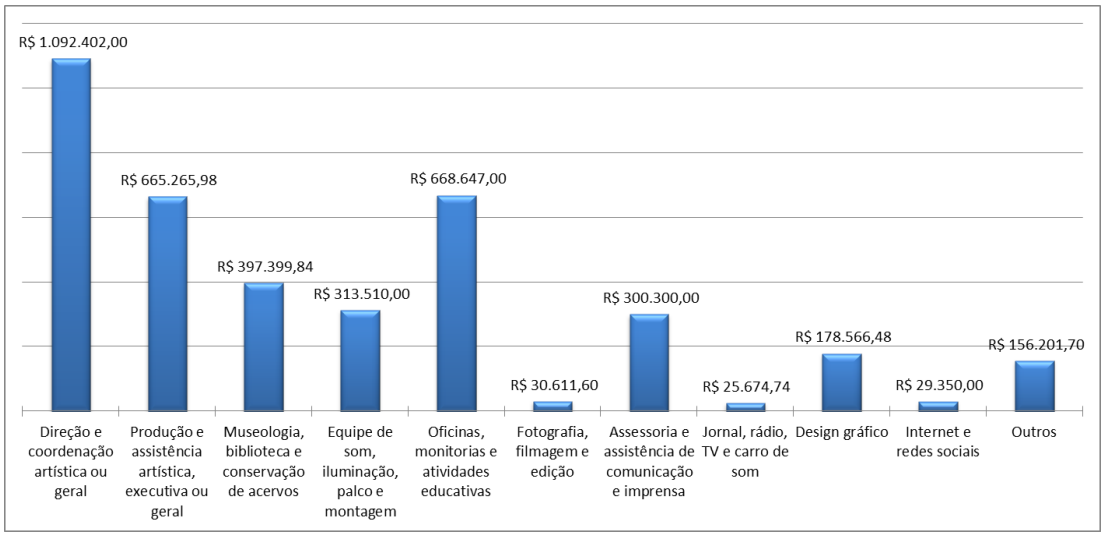
7. Resultados: Serviços

Na tabela abaixo observa-se o detalhamento das categorias de serviços e a distribuição dos recursos considerando os diferentes tipos de pessoas jurídicas:

Tabela 2 – Distribuição dos recursos de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre as categorias de pessoa jurídica

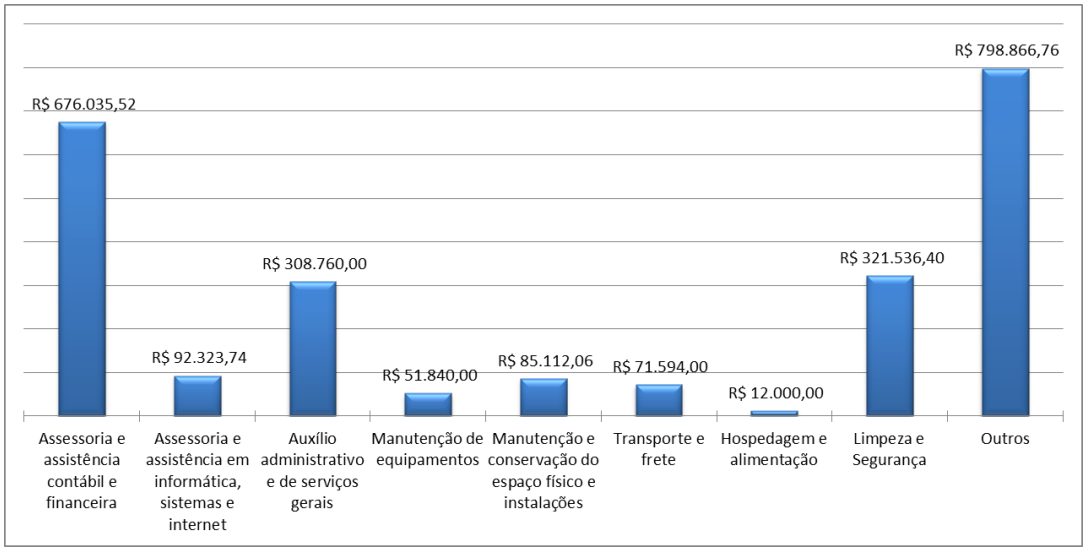
CATEGORIA	VALOR	% SOBRE SERVIÇOS	% SOBRE TOTAL REPASSE DIRETO
Serviços da Economia Criativa - PJ	**R$ 3.857.929,34**	**61,5**	**22,7**
Direção e coordenação artística ou geral	R$ 1.092.402,00	17,4	6,4
Produção e assistência artística, executiva	R$ 665.265,98	10,6	3,9
Museologia, biblioteca e conservação de	R$ 397.399,84	6,3	2,3
Equipe de som, iluminação, palco e	R$ 313.510,00	5,0	1,8
Oficinas, monitorias e atividades educativas	R$ 668.647,00	10,7	3,9
Fotografia, filmagem e edição	R$ 30.611,60	0,5	0,2
Assessoria e assistência de comunicação e imprensa	R$ 300.300,00	4,8	1,8
Jornal, rádio, TV e carro de som	R$ 25.674,74	0,4	0,2
Design gráfico	R$ 178.566,48	2,8	1,0
Internet e redes sociais	R$ 29.350,00	0,5	0,2
Outros	R$ 156.201,70	2,5	0,9
Serviços de apoio - PJ	**R$ 2.418.068,48**	**38,5**	**14,2**
Assessoria e assistência contábil e financeira	R$ 676.035,52	10,8	4,0
Assessoria e assistência informática, sistemas e internet	R$ 92.323,74	1,5	0,5
Auxílio administrativo e de serviços gerais	R$ 308.760,00	4,9	1,8
Manutenção de equipamentos	R$ 51.840,00	0,8	0,3
Manutenção e conservação do espaço físico e instalações	R$ 85.112,06	1,4	0,5
Transporte e frete	R$ 71.594,00	1,1	0,4
Hospedagem e alimentação	R$ 12.000,00	0,2	0,1
Limpeza e Segurança	R$ 321.536,40	5,1	1,9
Outros	R$ 798.866,76	12,7	4,7
TOTAL	**R$ 6.275.997,82**		

Gráfico 7 – Distribuição dos recursos orçados de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre serviços culturais



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

Gráfico 8 – Distribuição dos recursos de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre serviços de apoio



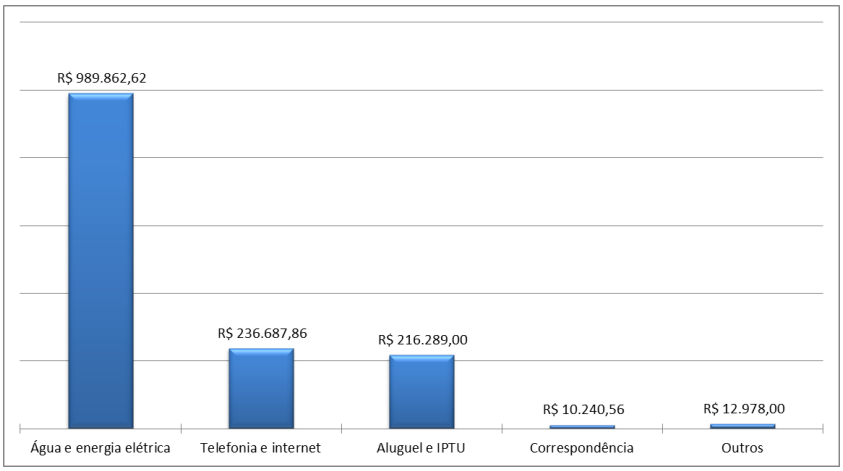
Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

8. Resultados: Gastos Administrativos e Aquisições

Tabela 3 – Distribuição dos recursos de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre as categorias de gastos administrativos, materiais e aquisições

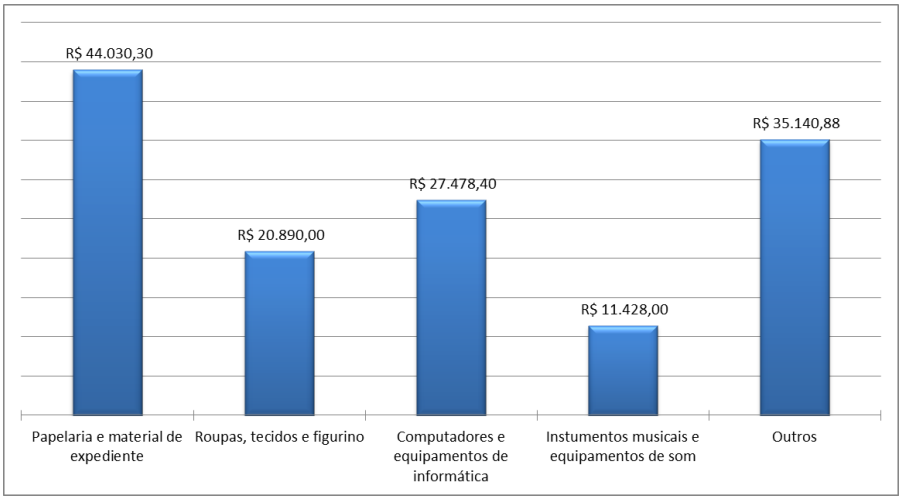
CATEGORIA	VALOR	% SOBRE GASTOS ADM. E AQUISIÇÕES	% SOBRE TOTAL REPASSE DIRETO
Gastos administrativos	**R$ 1.466.058,04**	**91,3**	**8,6**
Água e energia elétrica	R$ 989.862,62	61,7	5,8
Telefonia e internet	R$ 236.687,86	14,7	1,4
Aluguel e IPTU	R$ 216.289,00	13,5	1,3
Correspondência	R$ 10.240,56	0,6	0,1
Outros	R$ 12.978,00	0,8	0,1
Materiais e aquisições - Bens de consumo	**R$ 65.706,18**	**4,1**	**0,4**
Papelaria e material de expediente	R$ 44.030,30	2,7	0,3
Roupas, tecidos e figurino	R$ 20.890,00	1,3	0,1
Outros	R$ 785,88	0,0	0,0
Materiais e aquisições - Bens duráveis	**R$ 73.261,40**	**4,6**	**0,4**
Tecnologia da Informação	R$ 27.478,40	1,7	0,2
Instrumentos musicais e equipamentos de som permanentes	R$ 11.428,00	0,7	0,1
Outros	R$ 34.355,00	2,1	0,2
TOTAL	**R$ 1.605.025,62**		

Gráfico 9 – Distribuição dos recursos orçados de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre gastos administrativos



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

Gráfico 8 – Distribuição dos recursos orçados de repasse direto às instituições culturais (2017-2020) entre materiais e aquisições



Fonte: Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Elaboração: autores

9. Análise dos resultados

A partir da observação dos dados coletados, é possível elencar alguns destaques por categoria analisada, que permitem inferir os principais achados dentro de cada um dos grupos de gastos orçados. São analisados a seguir os principais destaques estatísticos de cada categoria e grupo.

9.1. Pessoal

Quando comparamos esta categoria com o total dos recursos do Repasse Direto, observa-se que 29,4% do total dos valores orçados do desta modalidade de repasse destinam-se à contratação de pessoas físicas.

Dentro desta categoria 54,8% dos gastos destinam-se à contratação de pessoas físicas para funções diretamente relacionadas às atividades culturais, sendo esta a categoria que comporta o maior valor dos gastos, quando confrontada com todas as outras.

Comparando as categorias profissionais contratadas, observamos que: 19,7% dos gastos com pessoal destinam-se à contratação de pessoas físicas para funções de direção e coordenação artística ou geral; 9,5% dos gastos com pessoal destinam-se à contratação

de pessoas físicas para as funções de Museólogo(a), Historiador(a), Blibliotecário(a), Arquivista e auxiliares; 8,1% dos gastos com pessoal destinam-se à contratação de artististas e grupos culturais locais e regionais.

9.2. Serviços

Quando comparamos esta categoria com o total dos recursos do Repasse Direto, observa-se que 22,7% do total dos valores orçados do desta modalidade de repasse destinam-se à contratação de pessoas jurídicas.

Dentro desta categoria 61,5% dos gastos destinam-se à contratação de pessoas jurídicas em funções diretamente relacionadas às atividades culturais, sendo esta a segunda categoria que comporta o maior valor dos gastos quando comparada com todas as outras.

Comparando as categorias de serviços contratadas, observamos que 17,4% dos gastos com serviços destinam-se à contratação de pessoas jurídicas para funções de direção e coordenação artística ou geral, enquanto 10,7% dos gastos com serviços destinam-se à contratação de pessoas jurídicas para a realização de oficinas, monitorias e atividades educativas.

9.3. Gastos Administrativos e Aquisições

Quando comparamos esta categoria com o total dos recursos do Repasse Direto, observa-se que 8,6% do total dos valores orçados do desta modalidade de repasse destinam-se ao grupo de gastos administrativos e 0,8% são destinados à aquisição de bens duráveis e não duráveis.

Confrontando os tipos de gasto administrativo ou aquisição, observa-se que: 61,7% dos gastos administrativos e aquisições destinam-se ao pagamento de contas de água e energia elétrica, chegando a quase 6% do total do repasse direto; 14,7% dos gastos administrativos e aquisições destinam-se ao pagamento de contas de telefone e internet; 2,7% dos gastos administrativos e aquisições destinam-se à aquisição de papelaria e material de expediente, sendo este o mais representativo entre os grupos de aquisição de bens duráveis e não duráveis.

10. Considerações Finais

O Programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais é uma importante iniciativa como política específica de fomento, pois tem o papel de tanto contribuir para a manutenção das atividades das principais instituições culturais do estado, quanto a dinamização da cena cultural baiana. Assim, é fundamental que o estado atue pela proteção e pelo fomento à cultura produzida pela sociedade, bem como desenvolva e aprimore os instrumentos de monitoramento e avaliação da política cultural.

Nesse sentido, demonstrar a destinação dos recursos públicos para as diferentes categorias e setores econômicos, atividades e serviços relacionados diretamente ou indiretamente com a área da cultura, no âmbito do apoio a instituições de relevante atuação, pode contribuir para a compreensão da dimensão econômica da cultura, oferecendo subsídios estatísticos para o avanço do debate científico acerca dos impactos da política de fomento à cultura do Estado da Bahia.

11. Referências Bibliográficas

CEREZUELA, D. Planejamento e Avaliação de Projetos Culturais: Da ideia à ação. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: 2015

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. Dez anos de Economia da Cultura no Brasil e os Impactos da Covid-19: um relatório a partir do painel de dados do observatório Itaú Cultural. – São Paulo: Itaú Cultural, 2020.

RUBIM, A. & NETO, C. Panorama do financiamento e fomento à cultura: estados e distrito federal. In: Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal / Antônio Albino Canelas Rubim, Fernanda Pimenta Vasconcelos (organizadores). Salvador: EDUFBA, 2017

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC – Clique Fomento). Consultas em dezembro de 2020.